

Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

1/6

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Requisitante*:	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGOVTIC	Número do Processo*:	2025-119002
Descrição da solução de TIC:	Aquisição de Certificados Digitais		

DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Identificação das necessidades de negócio

Disponibilidade, via contratação emergencial, para emissão de certificados digitais aos servidores e magistrados do Poder Judiciário de Alagoas, considerando a substituição dos certificados digitais vencidos, bem como os que não estão aptos a serem utilizados por perda ou defeito, assim como para emissão a novos servidores que venham tomar posse.

Identificação das necessidades tecnológicas

1. Lote I

Item 1 – Certificado Digital para Pessoa Física A3 sem token

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.
- Os certificados digitais deverão ser compatíveis com os tokens modelo SafeNet Token 5100/5110, já existentes no Tribunal de Justiça de Alagoas.

Item 2 – Certificado Digital para Pessoa Física A3 com token

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.
- Os certificados digitais deverão ser compatíveis com os tokens modelo SafeNet Token 5100/5110, já existentes no Tribunal de Justiça de Alagoas.

Especificações da Mídia Criptográfica do tipo Token

- O Token deve possuir tampa.
- Token criptográfico USB capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI; Total compatibilidade com os certificados digitais A3;
- Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);



Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

2/6

- Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
- Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.
- Possuir carcaça resistente à água e à violação;
- Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows 7 ou superior, linux e Mac OS;
- Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do Tribunal;
- Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- Os tokens não devem interferir diretamente com os protocolos de segurança de transporte.
- Para utilização do token não deve ser necessário desabilitar nenhum protocolo TLS específico.
- Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (PersonalIdentificationNumber);
- Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;
- O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:
 - Gerenciamento do dispositivo;
 - Exportação de certificados armazenados no dispositivo;
 - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;
 - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;
 - Visualização de certificados armazenados no dispositivo;
 - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;
 - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso
- Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos tokens.
- Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido junto com a emissão do certificado no mesmo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo órgão do Judiciário.

Item 3 - Certificado Digital para Pessoa Jurídica A3 e-CNPJ com token

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;



Gestão de TI

Código

Folha
nº

F.DIAT.XX.00

3/6

- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.
- O token deve conter as mesmas especificações descritas no item 2.

Item 4 – Visitas aos Órgãos do Judiciário para Emissão de Certificados Digitais

- O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais Tipo A1 para pessoa física e equipamento de rede, Tipo A3 para pessoa física e pessoa jurídica e de assinatura de código;
- As visitas para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas. Também deverão ser utilizados postos de atendimento em outras localidades, em caso de a contratada possuir infraestrutura disponível;
- A visita para emissão de certificados para equipamentos ou para magistrados, em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente;
- O órgão do Judiciário proverá espaço físico para realização das visitas e também o acesso à Internet;
- A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela contratada;
- As validações serão realizadas dentro do horário de funcionamento do órgão do Judiciário;
- Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado.
- As visitas previstas no item 7 serão agendadas previamente em até 1 dia útil para Maceió e até 2 (dois) dias úteis para cidades do interior.

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Estudo Técnico Preliminar da Contratação



PODER
JUDICIÁRIO
Gestão de TI
MINAS GERAIS

Código

Folha nº

F.DIAT.XX.00

4/6

ESTIMATIVAS DA DEMANDA - QUANTIDADES DE BENS E SERVIÇOS

- Qual a estimativa de quantidades?
- Descreva o método de levantamento da estimativa das quantidades a serem contratadas, incluindo memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos...), de modo a possibilitar a economia de escala.

São estimados 300 certificados digitais do tipo A3 para pessoa física sem token, 300 certificados digitais do tipo A3 pessoa física com token, 3 certificados digitais para pessoa Jurídica com token, 10 visitas para validação de certificados digitais. A demanda ora trabalhada será adquirida via Ata de registro de preços. Os certificados digitais serão destinados a substituição dos certificados digitais que vencidos e/ou com defeito, bem como para novos servidores e magistrados.

Estudo Técnico Preliminar da Contratação



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Código

Folha nº

F.DIAT.XX.00

5/6

IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Descrição da solução (ou cenário)

1 Aquisição de certificados digitais

ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Id	Descrição da Solução (ou cenário)	Valor Estimado
1	Certificado digital A3 para pessoa física sem token	R\$ 92,52
2	Certificado digital A3 para pessoa física com token	R\$ 160,00
3	Certificado digital A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ) com token.	R\$ 170,00
4	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais	R\$ 104,00

Estudo Técnico Preliminar da Contratação



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS
ção de TI

Código

Folha nº

F.DIAT.XX.00

6/6

REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Não se aplica

ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

Solução Viável 1

Descrição

Aquisição de Certificado Digitais

Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo

Lote I

Valor unitário estimado do Certificado Digital tipo A3 sem token: R\$ 92,52

Valor total estimado do item: R\$ 92,52 x 300und = R\$ 27.756,00

Valor unitário estimado do Certificado Digital tipo A3 com token: R\$ 160,00

Valor total estimado do item: R\$ 160,00 x 300und = R\$ 48.000,00

Valor unitário estimado do Certificado digital A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ) com token: R\$ 170,00

Valor total estimado do item: R\$ 170,00 x 3und = R\$ 510,00

Valor unitário estimado da Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais : R\$ 104,00

Valor total estimado do item: R\$ 104,00 x 10 und = R\$ 1040,00

Valor total estimado do lote: R\$ 77.306,00

Estudo Técnico Preliminar da Contratação



PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS de TI

Código

Folha nº

F.DIAT.XX.00

7/6

Obs: Valores baseados na ARP 44/2024

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 77.306,00

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Atualmente, o uso de certificado digital se torna necessário para usuários do Sistema de Automação Judicial – SAJ que executam a prática de ato processual, conforme dispõe o artigo 195 do novo CPC, e também para demandas de Magistrados e Servidores que atuam em sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação, como por exemplo o Renajud, Serasajud, Sinesp. Adicionalmente, os certificados digitais também são utilizados em equipamentos servidores, os quais garantem a autenticidade dos sítios publicados pelo TJAL.

O objetivo dessa contratação visa manter a disponibilidade para emissão de certificados digitais aos servidores do Judiciário considerando a substituição após o prazo de validade, bem como para casos de defeito, perda e novas emissões para servidores que venham a tomar posse.

A aquisição será feita através de contratação emergencial em 1 lote, visto que os bens e serviços agrupados estão intrinsecamente relacionados. Por praxe, o mercado atende a este requisito entregando tais bens e serviços como uma solução indissociável de modo a ser fornecido por uma só empresa. Desta forma, assegura-se a eficiência no emprego dos recursos financeiros para a aquisição da solução pretendida.


DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara ser viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a Resolução CNJ nº 468 de 15 de julho de 2022.

APROVAÇÃO E ASSINATURAS

A Equipe de Planejamento da Contratação pelo despacho STIC (D2510432) no Processo Administrativo 2025-119002, de 7 de agosto de 2025.

Conforme o Guia de Contratações de TI da Resolução CNJ nº 468/2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Demandantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<p>AMANDA BATISTA MODESTO DE MELO:93078 Dados: 2025.08.08 11:50:19 -03'00' Amanda Batista Modesto de Melo Matrícula: 93078 Maceió, 08 de agosto de 2025</p>	<p>JULIANA SANTOS DE MORAES:87763 Assinado de forma digital por JULIANA SANTOS DE MORAES:87763 Dados: 2025.08.08 12:53:10 -03'00' Juliana Santos de Moraes Matrícula: 54172 Maceió, 08 de agosto de 2025</p>	<p>Assinado digitalmente por Antonio de Souza Junior:95800 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU= Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, OU=Cert-JUS Institucional - A3, OU=08447641000109, OU= Presencial, OU=Tribunal de Justiça de Alagoas-TJAL, OU=Servidor, CN= Antonio de Souza Junior:95800 Razão: Eu sou o autor deste documento Data: 2025.08.11 21:20:48-03'00'  Antonio de Souza Junior Maceió, 08 de agosto de 2025</p>

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)

Estudo Técnico Preliminar da Contratação



Código

Folha nº

F.DIAT.XX.00

8/6

Livia Maria

Mattos Melo

Lima:94637

Assinado de forma digital
por Livia Maria Mattos Melo
Lima:94637
Dados: 2025.08.12 11:05:28
-03'00'

Livia Maria Mattos Melo Lima

Matricula 94637

Maceió, 08 de agosto de 2025